



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A realização de processo de licitação, Constitui objeto do presente certame, a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis (hortaliças, verduras e frutas), conforme especificações e condições constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, para a elaboração do cardápio, de acordo com as normativas do PNAE, para composição da merenda escolar das Unidades Escolares e XX Creches, no município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE.

1.2. Nos termos definidos no art. 6º, inc. XIII da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto se enquadra nas características e bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3 As especificações do objeto tendo presente a conjugação de fatores determinantes para a constituição do *quantum* da futura contratação dos produtos a serem adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) seguem descritas na tabela abaixo:

ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	RAPADURA (100% natural de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física, química ou microbiológica. Embalagem com pact/tabletes de 10 gr.)	kg	840
ALIMENTOS PERECÍVEIS			
2	ABOBORA OU JEREMUM (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	3.510
3	ABACATE (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	1.820
4	BANANA PRATA (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	kg	4.440
5	BATATA DOCE (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	4.630



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

6	COENTRO (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica, MAÇO).	KG	740
7	INHAME , de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	2.380
8	LARANJA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	3.320
9	MACAXEIRA Tipo branca ou amarela, fresca e com casca inteira, não fibrosa, isenta de umidade, raízes medianas, firme e compacta	KG	3.580
10	MAMÃO de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	460
11	MELANCIA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	kg	6.890
12	MANGA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	3.040
13	POLPA DE FRUTAS (kg) (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	10.040

1.4 Os produtos ora solicitados deverão ser entregues diretamente no Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua João Roque da Silva, 349 – Centro, Santa Cruz da Baixa Verde/PE, por intermédio de servidor designado que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

2. DA FINALIDADE

2.1 Aquisição dos produtos tem por objetivo, garantir alimentação saudável em ambiente escolar, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

2.2. As ações de alimentação, bem como a elaboração do cardápio que atenda as necessidades nutricionais dos discentes, matriculados na rede pública de ensino, bem como, contempla as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

2.3. As quantidades foram estimadas para atender as necessidades rotineiras e essenciais ao funcionamento adequado do PNAE.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 Este processo tem por objetivo a aquisição dos gêneros alimentícios perecíveis (hortaliças, verduras e frutas), conforme especificações e condições constantes no presente Estudo Técnico Preliminar para atender as necessidades de alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, visando atender a Lei Nº 11.947/2009.

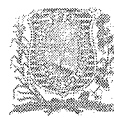
3.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar apresenta entre as suas diretrizes o emprego de alimentos adequados e saudáveis, compatíveis com o hábito alimentar, a cultura e as tradições, com o objetivo de proporcionar o crescimento e desenvolvimento dos alunos e a melhoria do rendimento escolar. A oferta da alimentação escolar é primordial para promoção da alimentação adequada e saudável por meio do provimento dos gêneros alimentícios aos estudantes com vistas a atender aos objetivos do programa e inibir a evasão escolar.

3.3 Entende -se por alimentação escolar, todo alimento oferecido no ambiente escolar independentemente de sua origem, durante o período letivo, o qual visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Responsável Técnico do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

3.4 A Entidade Executora (Secretaria Municipal de Educação) é responsável pela execução do PNAE, inclusive pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, pela prestação de contas do Programa, pela oferta de alimentação nas escolas em no mínimo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, e pelas ações de educação alimentar e nutricional a todos os alunos matriculados.

3.5 A alimentação escolar servida nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, é essencial à manutenção da frequência dos alunos na sala de aula, influenciando diretamente no aproveitamento e na qualidade do ensino de toda a rede, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais.

3.6 Considerando que, o Governo Federal através da Resolução Nº 26/2013 do Programa Nacional de alimentação Escolar - PNAE, a Resolução CD/FNDE Nº 06 de maio de 2020 e a NOTA TÉCNICA Nº 18.798/2020 de dezembro de 2020, transfere



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

per capitas diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Conforme exposto, a Secretaria Municipal de Educação e sua nutricionista, desenvolveram cardápios para atender todas as faixas etárias atendidas pelo município, respeitando em cada fase os valores nutricionais e a cultura regional, para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino (Infantil, Fundamental I e II, e Educação de Jovens e Adultos-EJA).

3.7 Diante das normas sanitárias estabelecidas pelos órgãos competentes quanto a manipulação dos alimentos e o consumo individual, o uso de Gêneros Alimentícios tais como: carnes, aves, ovos e demais do mesmo grupo além de uma fonte de energia e nutrição para os estudantes, pode ser utilizado em várias preparações individuais que facilitam a distribuição e o consumo adequado, sendo também uma fonte importantíssima de Proteínas contribuindo assim para o desenvolvimento dos alunos.

3.8 É importante ressaltar que, os impactos econômicos da pandemia do COVID -19 dificultaram os processos licitatórios como um todo, tornando difícil a aquisição de vários insumos e por consequência prejudicando o funcionamento da máquina pública do Município de Carpina.

3.9 Visando a minimização desses impactos, a Secretaria em questão resolveu realizar um processo licitatório, com o intuito de reduzir custos ao erário já que com quantitativos maiores, mediante a implementação de nas demais Unidades Escolares que atendam essas modalidades, podemos obter preços melhores, bem como agilizar o processo licitatório, já que é importante que os gêneros alimentícios fornecidos na merenda escolar, estejam disponíveis no início de fevereiro para o retorno adequado das aulas. Portanto, faz -se necessário contratar empresa especializada no fornecimento de Gêneros Alimentícios, destinados ao atendimento da Alimentação Escolar dos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Carpina para o ano letivo de 2024.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de demanda para licitação eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das regras e prazos previstos em Regulamento específico, correlato ao objeto.

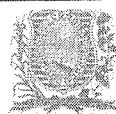
4.2. O objeto deste Termo de Referência é de natureza comum, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inc. XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021.

4.3. O critério de julgamento será o de Credenciamento por Chamamento Público, nos termos do inc. XLI do art. 6º da Lei 14.133/2021.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. No momento da entrega, os produtos não perecíveis, deverão apresentar prazo de validade nunca inferior a 30 (trinta) dias:

4.5.1. Aqueles que forem entregues fora da validade estipulada deverão ser substituídos imediatamente.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

5. DO FORNECIMENTO DO PRODUTO

5.1. Os produtos deverão ser entregues no Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – Santa Cruz da Baixa Verde/PE, no horário entre 08:00 às 12:00, de segunda à sexta-feira, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega com despesas de transporte, frete, dentre outras, assumidas pela empresa CONTRATADA, mediante solicitação.

5.1.1. A solicitação será encaminhada via e-mail, conforme descrito abaixo:

a) os pedidos regulares deverão ser enviados por e-mail, nos seguintes horários: de segunda à sexta-feira das 8:00 às 16:00 horas. Nos casos excepcionais a CONTRATADA deverá ser contatada;

b) os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 05 dias após o recebimento do pedido;

5.2. Os produtos deverão estar em suas embalagens de acondicionamento, e nelas deverão constar: procedência, prazo de validade, marca, modelo, referência, fabricante, entre outros critérios.

5.3. O produto, mesmo entregue e aceito, fica sujeito a substituição desde que comprovada a pré existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.3.1. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.6. Rotinas de Fiscalização



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através de instrumento adequado, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

8.6.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.6.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.6.4. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

8.6.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.6.6. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

8.6.7. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.6.8. A conformidade dos produtos deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade.

8.6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

8.6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

8.6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.6.13. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.6.14. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.6.15. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

8.6.16. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9. DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

9.1. A estimativa total de valor da contratação, leva em consideração o produto obtido, da quantidade estimada, pelo preço unitário resultante de pesquisa/cotações de mercado, anexas ao presente instrumento.

ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	RAPADURA (100% natural de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física, química ou microbiológica. Embalagem com pact/tabletes de 10 gr.)	kg	840	12,84	10.785,60



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDERua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79**ALIMENTOS PERECIVEIS**

2	ABOBORA OU JEREMUM (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	3.510	6,5	22.815,00
3	ABACATE (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	1.820	6,59	11.993,80
4	BANANA PRATA (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	kg	4.440	6,88	30.547,20
5	BATATA DOCE (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	4.630	6,06	28.057,80
6	COENTRO (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica, MAÇO).	KG	740	16,79	12.424,60
7	INHAME , de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	2.380	8,17	19.444,60
8	LARANJA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	3.320	5,79	19.222,80
9	MACAXEIRA Tipo branca ou amarela, fresca e com casca inteira, não fibrosa, isenta de umidade, raízes medianas, firme e compacta	KG	3.580	6,98	24.988,40
10	MAMÃO de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, gráudo e verdoso	KG	460	7,48	3.440,80



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

11	MELANCIA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, grúdo e verdoso	kg	6.890	3,92	27.008,80
12	MANGA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, grúdo e verdoso	KG	3.040	6,7	20.368,00
13	POLPA DE FRUTAS (kg) (de primeira qualidade, intacto, e sem contaminação física química ou microbiológica).	KG	10.040	15,95	160.138,00
					391.235,40

9.2. Estimativa total para contratação **R\$ 391.235,40 (trezentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)**

9.3. As cotações e pesquisas de mercado, que fundamentam e sustentam o valor deste orçamento, já consolidados em anexos, fazem parte deste instrumento.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, na classificação abaixo:

5.12000.12002.12.306.5036.2.257 – 3.3.90.30

11. DOS PROCEDIMENTOS E DO PAGAMENTO

11.1 Para efeitos de pagamento, a empresa deverá indicar e apresentar no documento de cobrança/Nota Fiscal, constando de forma discriminada o objeto contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

11.2 A empresa ainda deverá apresentar juntamente com o documento cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

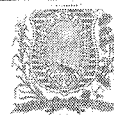
11.2.1 Certidão de regularidade com a Seguridade Social;

11.2.2 Certidão de regularidade com o FGTS;

11.2.3 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;

11.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora, na Diretoria Financeira da Secretaria de Educação do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

11.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a contratada deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

11.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 02 (dois) dias úteis contado do seu recebimento definitivo, o gestor da contratação deverá encaminhá-lo para pagamento.

11.6 O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Educação do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Responsável quanto ao acompanhamento da entrega dos produtos, comprovando a qualidade dos mesmos conforme solicitados pela Secretaria de Educação e entregues pelo contratado.

11.7 Não será permitida cobrança de quaisquer títulos pela rede bancária.

11.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por representante legal da emitente, com firma reconhecida por serviço notarial, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

12.1.1. No caso de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser juntada comprovação de instrumento contratual e/ou fatura(s) emitida(s) em nome da contratante.

12.2 Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

12.3 Poderão ser aceitos vários atestados de forma que os somatórios dos mesmos atendam a exigência do item anterior.

13. DA PROPOSTA

13.1. A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da entrega no órgão competente;

13.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto

14. DO PRAZO PARA ENTREGA

14.1 O prazo máximo para entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento por parte do setor de compras da Secretaria de Educação do Município de Carpina.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

16. DO LOCAL E DA FORMA DE ENTREGA

16.1 A entrega do objeto desta Licitação deverá ser realizada no Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua João Roque da Silva, 349 – Centro Santa Cruz da Baixa Verde/PE, correndo por conta exclusiva da licitante todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros decorrentes direta e indiretamente da execução do objeto licitado.

16.2 Os gêneros alimentícios serão solicitados conforme a necessidade do Município e deverão ser entregues nas datas, nos locais e quantidades solicitadas, sendo designadas para o recebimento o servidor responsável pela merenda, a entrega deverá acontecer no horário de funcionamento do Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua João Roque da Silva, 349 – Centro Santa Cruz da Baixa Verde/PE, no horário das 08hs as 13hs.

16.3. Não serão recebidos produtos com marca diversa da apresentada na proposta;

16.4 No momento da entrega, na presença do fornecedor, será realizada a conferência dos gêneros alimentícios em relação à quantidade e qualidade. Caso os produtos entregues não estejam de acordo com a quantidade e/ou qualidade exigidas em edital, deverá a empresa contratada efetuar a troca e/ou reposição das mercadorias em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação.

16.5 O responsável pelo recebimento dos gêneros alimentícios, está autorizado a recusar a mercadoria, caso esta, não esteja de acordo com as especificações do Edital.

16.6 O prazo de entrega do produto ofertado será de até 05 (cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação da CONTRATANTE;

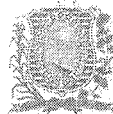
16.7 Os itens carnes congeladas devem ser conservadas, transportadas em temperatura adequada com veículo de acordo com a legislação vigente. Somente serão aceitos fornecedores legalizados para fornecimento de carnes com registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA), devendo este apresentar Alvará Sanitário junto à documentação do Pregão.

16.8 Os produtos não embalados de fábrica e fornecidos em Kg deverão ser acondicionados em embalagens ventiladas de maneira adequada garantindo segurança no manuseio e transporte de modo que não venha a interferir na qualidade, sabor, cor, forma, tamanho, textura e consistência.

16.9. O transporte de todos os produtos, principalmente os perecíveis, deverá ser efetuado em veículo adequados que atenda a todas as exigências da Vigilância Sanitárias e demais normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos.

16.9.1 Os veículos de transporte devem ser próprios para transporte de alimentos, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados.

16.10 Os gêneros alimentícios devem apresentar rotulagem conforme legislação: registro no órgão competente data de fabricação e validade, rendimento e diluição,



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

modo de preparo, valor nutritivo, critérios para armazenamento, SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), dados do produtor, peso e orientações sobre armazenamento de acordo com a legislação vigente.

16.10.1 Em qualquer fase do fornecimento, havendo suspeita de contaminação e/ou adulteração de produtos, poderão ser encaminhadas amostras para análise laboratorial, conforme determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ficando o pagamento do fornecimento condicionado ao resultado apresentado. Comprovada a irregularidade, a despesa da análise dos produtos suspeitos correrá por conta do fornecedor.

16.10.2 Será de responsabilidade das empresas vencedoras, a qualidade físico-química e sanitária dos produtos licitados.

16.11 O recebimento dos produtos, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através de servidor designado, sendo que, os gêneros alimentícios que não forem de boa qualidade, que apresentarem qualidade inferior do produto ofertado ou com validade inferior a solicitada no Item, serão devolvidos para substituição dos produtos, sem ônus ao Município.

16.12 Quando da ocorrência da entrega de produtos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, será lavrado pela Fiscal do Contrato o Relatório de Não Conformidades.

16.13 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.14. Após o recebimento de 03 (três) notificações de não conformidade pelo mesmo motivo, será encaminhado ao Setor Jurídico para que este aplique as penalidades previstas na legislação vigente e conforme contrato assinado pela empresa CONTRATADA

17. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

17.1 Promover a fiscalização dos produtos objetos desta licitação, quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo, a serem entregues pela contratada.

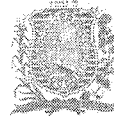
17.2 Registrar os defeitos, falhas e/ou imperfeições, detectadas e imediatamente comunicar à contratada.

17.3 Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

17.4 Efetuar pagamento à contratada de acordo com a forma estabelecida no item 8 deste termo de referência.

17.5 Fornece atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

18.1 O reiterado descumprimento dos prazos previsto neste termo de referência sujeitará à empresa licitante vencedora às penalidades previstas na Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE – 17 de Março de 2026.

P/Maria Regicleide Nunes da Silva
SONIA MARIA MELO DA COSTA
Secretária Municipal de Educação – Port. 08/2025

Maria Luíza Diniz Magalhães
MARIA LUÍZA DINIZ MAGALHÃES
Responsável competente
Portaria nº 098/2025